



CENTRO UNIVERSITÁRIO – UNIFG
CURSO DE NUTRIÇÃO

ALDANE MACIELE FERNANDES OLIVEIRA
ELAINE MAGALHÃES DE ARAÚJO
ROBERTA TOLENTINO SILVA

ALIMENTAÇÃO INFANTIL DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

Guanambi-BA

2021

ALDANE MACIELE FERNANDES OLIVEIRA

ELAINE MAGALHÃES DE ARAÚJO

ROBERTA TOLENTINO SILVA

ALIMENTAÇÃO INFANTIL DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

Artigo Científico apresentado ao curso de
Nutrição do Centro Universitário – UNIFG,
como requisito de avaliação da disciplina de
Trabalho de Conclusão de Curso II.

Orientador: Msc. Denis Harley Nunes Lima.

Guanambi-BA

2021

ALIMENTAÇÃO INFANTIL DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

Aldane Maciele Fernandes Oliveira¹, Elaine Magalhães de Araújo¹, Roberta Tolentino Silva¹
Denis Harley Lima²

¹ Graduando do Curso de Nutrição do Centro Universitário UNIFG – UNIFG.

² Docente do curso de Nutrição do Centro Universitário UNIFG – UNIFG.

RESUMO: Denominado de SARS-COV-2, o vírus que resultou na pandemia atual surgiu em 2019 numa província da China, e foi sequenciado e isolado nos primeiros dias de 2020, passando a ocasionar a doença denominada de COVID-19. No cenário atual compreende-se que a alimentação infantil precisa de uma atenção especial, que se inicia ao nascimento da criança e se estende até a infância, servindo de base para o crescimento, desenvolvimento e manutenção do estado vital humano. Nesse contexto, o presente estudo objetivou demonstrar os impactos que a pandemia do COVID-19 vem trazendo sobre a alimentação infantil. Trata-se de um estudo de revisão de literatura, onde o levantamento de dados foi realizado no primeiro semestre de 2021, de fevereiro a junho, com a consulta dos bancos de dados. Nota-se que a pandemia resultou em grandes impactos sobre a agricultura familiar e consequentemente influenciou no abastecimento de mercados e outros locais alimentícios, e assim a alimentação familiar também sofreu alterações, aumentando o consumo de alimentos ultraprocessados.

Palavras-chave: Alimentação. Crianças. Pandemia. Covid-19.

CHILDREN'S FOOD DURING THE COVID-19 PANDEMIC

ABSTRACT: Despite the importance not only for the infant, but also for the nursing mother, the last few years have brought a decline in the breastfeeding rate, which has been closely associated with cultural and family beliefs, as well as myths imposed by society since remote periods. Breastfeeding is a way of creating an affective bond, protection and nutrition for the newborn, being a natural and economically effective strategy to prevent the development of diseases in adolescence and adulthood. This study aims to demonstrate the perception of the nursing mother in relation to the influence of food myths and popular beliefs on the influence

¹Endereço para correspondência: Rua Manoel Vitorino, nº 47, Bairro: Centro, Guanambi- Bahia. CEP: 46430-000.

Endereço eletrônico: aldanefernandes2013@gmail.com

of adequate nutrition for infants. The same is a literary review, which he used for the research, the databases SCIELO, Digital Library, PUBMED and VHL. The results show that a large part of the beliefs and myths are passed down from generations by family members, in which they are more common: weak milk, little milk, use of teas, if breastfeeding the breast falls and the lack of milk due to the small breast. It is also relevant to mention the need for more scientific studies on the relationship that myths and popular beliefs influence on the foods consumed by nursing mothers and breastfeeding, as the literature is still brief, and it is noticeable that the inclusion and exclusion of foods in the diet of the nursing mother it is due to the incipience of information. Therefore, by implementing more information for nursing mothers, breastfeeding and breastfeeding will probably be more efficient and safer.

Key Words: Food. Kids. Pandemic. Covid-19.

1 INTRODUÇÃO

Compreende-se como pandemia, ocorrência de doenças infecciosas que se propagam em continentes ao mesmo tempo. Ao longo da história podem ser usadas como exemplo a cólera, gripe e tifo (HALL et al., 2020). Denominado de SARS-COV-2, o vírus que resultou na pandemia atual surgiu em 2019 numa província da China, e foi sequenciado e isolado nos primeiros dias de 2020, passando a ocasionar a doença denominada de COVID-19. Atualmente é considerada uma doença de origem respiratória, na qual a transmissão ocorre por contato, o que leva a considerar que é altamente contagiosa (LI et al., 2020).

É de conhecimento, que a COVID-19 tem relação direta com casos de pneumonia, isso porque o vírus causa lesões e resposta imunológica exacerbada no hospedeiro o que leva a efeitos fisiopatológicos. Dentre os vários riscos que a nova doença traz ao mundo, as chances de levar o paciente ao óbito são mediadas pela idade, posse de doenças crônicas e comprometimento pulmonar de qualquer origem (WANG et al., 2020).

Mediante o cenário atual, compreende-se que a alimentação infantil precisa de uma atenção especial, que se inicia ao nascimento da criança e se estende até a infância, que vai até os seis anos de idade, servindo de base para o crescimento, desenvolvimento e manutenção do estado vital humano (VIEIRA et al., 2016). Com passar dos anos, vem ocorrendo mudanças frequentes nos hábitos e padrões alimentares da população mundial, mudanças estas que advém da urbanização, industrialização (HENRIQUES et al., 2012) e mais recentemente mediante a pandemia da COVID-19 que se instalou no mundo.

Nesse contexto, as crianças estão mais suscetíveis a sofrerem alterações no padrão alimentar, uma vez que dependem de outras pessoas para compor as refeições. Conforme a evolução desses casos e gravidade da doença Covid-19, os estados brasileiros deliberaram medidas restritivas, o que acarretou em mudanças significativas das famílias. De acordo com o Conselho Federal de Nutricionistas, durante a pandemia é importante manter uma alimentação balanceada e rica em nutrientes para manter a saúde e bem estar durante esse período (CFN, 2020).

Mediante as várias comorbidades que podem ocasionar em crianças mediante uma má alimentação, a obesidade é um dos mais agravantes e preocupantes no momento. Por definição, a obesidade é uma doença crônica não transmissível, ocasionada por um desequilíbrio entre a energia ingerida e a energia gasta pelo corpo, sendo de caráter multifatorial, e basicamente desencadeia o acúmulo excessivo de gordura nos tecidos (CORSO et al., 2012). Em consonância as informações apresentadas, este estudo objetivou demonstrar os impactos que a pandemia do COVID-19 vem trazendo sobre a alimentação infantil.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Tratou-se de um estudo de revisão de literatura, onde o levantamento de dados foi realizado no primeiro semestre de 2021, de fevereiro a junho, com a consulta dos bancos de dados: SciELO (Scientific Electronic Library Online), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), MEDLINE (Medical Literature Analysis and Retrieval System Online) e Google Acadêmico. As palavras chaves utilizadas foram: “alimentação infantil” e “pandemia COVID-19” assim como os termos em inglês: “Infant feeding” e “Pandemic COVID-19”.

Inicialmente encontrou-se 39 artigos, no qual após minuciosa leitura dos resumos foram selecionados 31 artigos. Por fim, após a análise dos critérios de inclusão e exclusão foram selecionados 20 arquivos para compor os resultados da presente pesquisa.

Foram incluídos os estudos que trouxeram informações referentes a temática com um período de publicação dos últimos dez anos, sendo incluídos estudos publicados nos idiomas inglês e português e que estejam com todo o estudo disponível para leitura. Em contrapartida, foram excluídos os estudos que ultrapassaram o tempo de publicação, assim como aqueles que fujam ao tema e não estejam disponíveis gratuitamente para a leitura na íntegra, bem como aqueles que tenham sido publicados no período que antecede 2015.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 IMPACTO DA PANDEMIA SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR

Atualmente a crise do Covid-19 não trouxe danos alarmantes ao setor alimentar no Brasil, como a falta de alimentos e problemas de abastecimento. Entretanto, houve uma grande queda no setor agrícola e do agronegócio num contexto geral, devido à queda do rendimento de trabalhadores, aumento do preço e a grande inflação sobre os alimentos, o que são problemas emergentes que vem alarmando a população. Num âmbito geral, o aumento do desemprego no Brasil em decorrência da pandemia reflete o poder de compra da população e consequentemente pressiona os preços e aumento da inflação, o que leva também ao aumento da pobreza e vulnerabilidade (SCHNEIDER et al., 2020).

Ao que se refere à agricultura familiar, sabe-se que este setor é responsável por grande parte da produção de alimentos, tendo relação direta com a soberania alimentar e nutricional, segurança, erradicação da pobreza e proteção do meio ambiente (CAPPELLI et al., 2020). De acordo com as políticas públicas brasileiras, o agricultor familiar é tido como aquele que pratica atividades em pequenas áreas rurais, pequenas porções de terras e usa predominantemente membros da família na produção (PREISS et al., 2020).

Conforme a produção dos alimentos, a distribuição ocorre em mercados, ruas e compras públicas, principalmente voltado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. Já em relação aos alimentos mais produzidos na agricultura familiar, tem-se os alimentos frescos, como frutas e hortaliças (PALMIOLI et al., 2020). Voltando à situação de pandemia e sua relação com a agricultura familiar, nota-se que as medidas de prevenção ao Covid-19, como por exemplo o fechamento de fronteiras e mercados de produtores locais, fragilizaram o sistema alimentar e impactaram negativamente na produção e comercialização destes alimentos.

Como forma de conter os danos pandêmicos na agricultura familiar, governos estaduais e organizações de trabalhadores rurais estão em busca de desenvolver estratégias que assegurem a parte financeira e produtiva do sistema, ou seja, garantir uma fonte de renda para os agricultores e manter a regulação do sistema alimentar, bem como a manutenção dos preços mais acessíveis ao mercado. Tais estratégias vêm sendo desenvolvidas, pois a pandemia gerou problemas como o aumento do risco de contaminação durante a produção e comercialização de alimentos, fechamento dos centros de distribuição e consequentemente a redução da venda dos alimentos produzidos (CAVALLI et al., 2020).

3.2 IMPACTO DA PANDEMIA E ALIMENTAÇÃO INFANTIL

Atualmente, o desenvolvimento da criança está intimamente ligado a sua alimentação, na qual envolve fatores como o desenvolvimento intelectual, crescimento adequado mediante a idade, prevenção de doenças e comorbidades hereditárias. Principalmente aos primeiros cinco anos de idade, é importante atentar-se à alimentação infantil frente à qualidade do alimento, quantidade, diversidade e frequência em que as refeições ocorrem (COSTA et al., 2012).

Dado o contexto normal da rotina diária, boa parte das crianças passavam a maior parte do tempo em creches, com babás ou escolas em período integral, no qual a alimentação é gerenciada por tais responsáveis, já determinados pela família em grande maioria. Com o advento da pandemia essa realidade foi alterada, pois as famílias entraram em isolamento social, escolas fechadas e consequentemente os pais passaram a assumir tal responsabilidade. Acredita-se que uma das maiores dificuldades nesse período tem sido o preparo das refeições da casa, o que na maioria das vezes resulta em pedidos por aplicativos de entrega, o que leva ao aumento do consumo de alimentos ultraprocessados (MURAD et al., 2020).

Contextualizando a definição de alimentação, essa é considerada um processo complexo seguido de fatores que vão além de simplesmente nutrir, no qual sofrem influência de características culturais e sociais. No Brasil, essa amplitude demonstra a prevalência da amplitude entre cenário de desnutrição e sobrepeso/obesidade, no qual rege não apenas crianças, mas faixas etárias em geral. Ademais, a alimentação é tida como algo imprescindível, incluída na Constituição Federal através da emenda constitucional nº 64/2010 sendo caracterizada como um direito social (BRASIL, 2013).

É de conhecimento que a taxa de morbimortalidade da Covid-19 em crianças é baixa, porém crianças que apresentaram o caso grave da doença foram a óbito. A causa mais associada a esses casos graves em crianças e jovens tem sido a obesidade, principalmente em crianças com mais de dois anos de idade na qual se encaixam nos critérios para obesidade, onde o principal é o índice de massa corpórea (IMC), sendo este igual ou maior ao percentil 97, levando à preocupação dos sistemas de saúde (SINHA et al., 2020).

O agravamento do quadro de COVID-19 em crianças obesas pode ser evidenciado no estudo realizado por Costa et al. (2020), que objetivaram dissertar sobre a correlação entre a infecção do Sars-cov-2 e a obesidade em grupos pediátricos e as possíveis consequências e fatores de gravidade. Foram utilizados 26 artigos para compor os resultados. Como já era de

conhecimento, os resultados comprovam que a presença da obesidade está associada diretamente a ocorrência dos casos graves na faixa etária, relacionado ao processo inflamatório brando causado pela adiposidade. Apesar dos resultados comprovarem a fala de muitos especialistas, os autores ressaltam a escassez de dados e limitação literária para a faixa etária pediátrica relacionada ao tema.

Mediante a implementação de medidas restritivas de isolamento, houve impacto direto na renda de trabalhadores autônomos e informais, assim como uma dificuldade ainda maior para aqueles que buscam emprego. Tal situação gerou grandes impactos financeiros e consequentes alterações na rotina familiar, o que inclui alimentação, com ênfase às classes desfavorecidas (BUANANGO et al., 2020). Pensando nisso, o Ministério da Educação buscou a implementação de projetos que assegurem de alguma forma a alimentação dos alunos da rede pública.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é responsável por assegurar a alimentação adequada a essas crianças, entretanto com o isolamento social o sistema enfrenta grandes desafios para manter o fornecimento da alimentação escolar. O ponto crucial para o aumento dessa dificuldade foi a suspensão das aulas, resultando na interrupção ou precarização do acesso à alimentação, levando a consequências graves no orçamento das famílias e prejuízos à alimentação dos alunos (AMORIM et al., 2020).

Em continuidade, em 7 de abril foi sancionada a Lei nº 13.987 que autorizou em caráter excepcional, que durante a suspensão das aulas por conta da pandemia ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE fossem repassados para os pais e responsáveis dos alunos da escola pública da educação básica (BRASIL, 2020).

Conforme as diretrizes alimentares brasileiras, uma alimentação saudável para crianças tem como base alimentos in natura e/ou minimamente processados, seguindo da limitação dos alimentos processados e não optar de maneira alguma por aqueles ultraprocessados. Outras questões relacionadas à boa alimentação é o estímulo de preparo das refeições em casa, uma vez que além de trazer benefícios nutricionais, também acalenta na interação familiar, preservação cultural e benefícios econômicos (BRASIL, 2019).

Considerando que uma boa alimentação se tratando de crianças não depende exclusivamente delas, é importante que os responsáveis por isso tenham conhecimento dos inúmeros fatores que os influenciam, bem como o entendimento da dieta com a saúde na infância (GATICA et al., 2012). De acordo Baldissera et al. (2016) o consumo de alimentos saudáveis por crianças de 6 e 9 meses é baixo, e em contrapartida, o índice do consumo de

alimentos não saudáveis que engloba biscoitos e bolos industrializados chega a 60% acompanhado do consumo de refrigerantes que é 32%.

Desta forma, uma alimentação adequada proporciona a ingestão de todos os grupos alimentares que são considerados seguros e essenciais, fornecendo água, carboidratos, proteínas, lipídios, vitaminas, fibras e minerais, essenciais ao bom funcionamento do corpo.

Ao que se refere os alimentos ultraprocessados, estes são menos indicados pois sua composição é de baixo valor nutricional e ricos em gorduras, sódio, açúcares e aditivos. Dessa forma, quando esses alimentos são introduzidos na alimentação infantil tendem a causar prejuízos ao sistema imunológico, ocasionamento de alergias, alterações na digestão e absorção de nutrientes, o que prejudica ainda o crescimento e desenvolvimento da criança, aumentando a possibilidade de desenvolver doenças crônicas como hipertensão, diabetes e obesidade (LOUZADA et al., 2015).

Uma pesquisa desenvolvida por Pietrobelli et al. (2020) na Itália com crianças e adolescentes com idades entre 5 e 15 anos demonstrou o aumento no consumo de alimentos ultraprocessados, acompanhado na redução de atividade física e aumento no tempo de tela. Participaram deste estudo 41 crianças e adolescentes e os autores ainda frisam que tais efeitos da alimentação podem ser permanentes e levados para vida adulta através do desencadeamento de doenças crônicas.

Contudo, a crise que se estabeleceu, bem como as medidas restritivas impostas pelos estados fez que aumentasse o consumo destes alimentos, uma vez que são mais fáceis de adquirir, armazenar e possuem prazo de validade longo (PALMIOLI et al., 2020).

A fim de garantir a qualidade alimentar e nutricional, alguns estados atuaram na distribuição de kits e cestas para os alunos da rede pública de ensino. A pesquisa desenvolvida por Oltamari et al. (2020) objetivou descrever as estratégias utilizadas para o fornecimento da alimentação escolar no município de Curitiba-Paraná no contexto do enfrentamento da pandemia causada pelo coronavírus no ano de 2020. Os autores concluíram que a medida realizada proporcionou às crianças e família uma segurança alimentar e nutricional respeitando as condições de saúde, atendendo há um total de 131.703 estudantes em maio/2020 e 132.562 em junho/2020.

Tais medidas são essenciais, pois o ambiente escolar é de suma importância quando relacionado a nutrição infantil, uma vez que a merenda escolar ofertada segue os padrões nutricionais adequados a este grupo, principalmente escolas públicas. Essa ênfase na rede pública é importante, pois as redes escolares particulares dispõem de pontos de vendas de

lanches alternativos, o que não segue os padrões nutricionais ideais, o que contribui para o sobrepeso e obesidade infantil (BRAVIN et al., 2015).

Numa observação mais ampla do assunto, outros estados também buscaram medidas para suprir a necessidade nutricional dos alunos. Nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro foram realizadas a distribuição de cartões de alimentação, Manaus e Goiânia também optaram pela distribuição de kits alimentares. Em Belo Horizonte também foram estabelecidos projetos visando o bem estar dos alunos, onde foram distribuídas cestas básicas para os alunos da rede pública contendo alimentos não perecíveis essenciais à nutrição adequada destes, como arroz e feijão (DINIZ et al., 2020). Os kits alimentares apresentam uma boa estratégia em manter a alimentação saudável, pois os alimentos que os compõem são em grande parte *in natura* e os demais minimamente processados, o que assegura a qualidade nutricional das refeições.

Ainda é escasso estudos que demonstrem alterações alimentares exclusivamente na rotina de crianças. Entretanto na pesquisa quantitativa desenvolvida pelo Unicef numa parceria com o IBOPE, notou-se que 49% da população brasileira com 18 anos ou mais afirmou ter mudado os hábitos alimentares durante a pandemia, onde 23% afirmaram o aumento do consumo de alimentos industrializados e até mesmo não consumir alimentos essenciais por falta de renda que alcançou 21%, enquanto que 6% alegaram não fazer refeição alguma por falta de dinheiro.

Em outro estudo, desta vez realizado por Steele et al. (2020) em que utilizaram questionário e contou com a participação de cerca de 10.000 participantes da coorte NutriNet Brasil, avaliaram gênero, faixa etária, macrorregião e escolaridade. Os resultados demonstraram um padrão estável no consumo de alimentos não saudáveis entre ambos sexos e faixa etárias nas macrorregiões brasileiras Sul, Sudeste e Centro-Oeste nos participantes com níveis de escolaridade intermediário e superior. Quando avaliado as demais macrorregiões ainda consideradas em desenvolvimento, observa-se que após a pandemia houve um aumento no consumo de alimentos ultraprocessados, com predomínio de pessoas com menor grau de escolaridade.

Num outro estudo, realizado por Malta et al. (2021), onde o objetivo foi analisar as mudanças no estilo de vida dos adolescentes brasileiros durante a pandemia do Covid-19. Participaram do estudo 9.470 adolescentes com idades entre 12 e 17 anos. Através dos resultados ficou notório que houve um aumento regular no consumo de hortaliças (de 27,34% para 30,5%) em todas as faixas etárias. Num outro contexto inverso, nota-se também um aumento no consumo de pratos congelados (de 13,26% para 17,3%), chocolates, doces e

salgadinhos (de 4,58% para 52,51%) entre os adolescentes com idades entre 16 e 17 anos. Esse aumento pode ser justificado pela facilidade que os alimentos congelados e empacotados são mais fáceis de serem preparados, principalmente na ausência dos pais. Apesar da faixa etária se tratar de adolescentes, os resultados denotam o aumento do consumo de alimentos essenciais e não essenciais.

Conforme as informações apresentadas nota-se que as famílias vêm enfrentando muitas dificuldades em manter a alimentação familiar saudável, o que leva ao aumento da ingestão de alimentos ultraprocessados e consequentemente aumenta as chances dessas crianças virem a desenvolver doenças crônicas que podem perdurar o risco até a vida adulta.

4 CONCLUSÃO

É de conhecimento, que famílias de maior vulnerabilidade passaram a ter dificuldades financeiras, o que também resultou na mudança alimentar, onde muitas vezes não havia o que comer, e por mais que os estados tenham buscado ajudar essas famílias através de programas como a distribuição de cestas básicas e kits alimentares aos alunos matriculados na rede pública, as dificuldades continuam sendo iminentes.

Ademais, é importante evidenciar a precariedade de pesquisas que englobam a mudança na alimentação de crianças durante a pandemia, o que tornou uma limitação do presente estudo. Por fim, cabe salientar a importância do aprimoramento das políticas públicas visando auxiliar as famílias com maior vulnerabilidade social.

Dessa forma, conclui-se que a situação de pandemia que se instaurou em todo mundo tem acalentado em alterações sobre vários setores, principalmente naqueles responsáveis por manter a estabilidade e bom funcionamento social. Como demonstra esta pesquisa, o setor alimentício e agricultura familiar sofreram danos significativos que não só regreram o abastecimento de alimentos, como também gerou uma grande inflação decorrente da crise econômica que se instaurou.

Apesar do conhecimento acerca da importância da alimentação saudável para as crianças, muitas famílias não conseguem manter uma rotina de alimentação essencial devido às mudanças advindas com as medidas adotadas para frear a pandemia. O que levou ao aumento no consumo de alimentos ultraprocessados por serem de fácil preparo e possuírem prazo de validade mais longo.

REFERÊNCIAS

AMORIM, A.L.B. et al. Programa Nacional de Alimentação Escolar: Estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a Covid-19. **Revista de Administração Pública**. V. 54, n. 4, p. 1134-1145, 2020.

BALDISSERA, R. et al. Efetividade da estratégia nacional para alimentação complementar saudável na melhoria da alimentação suplementar de lactentes em um município do sul do Brasil. **Caderno de Saúde Pública**. V. 32, n. 9, p. 1-11, 2016.

BRASIL. Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020. (2020). Altera a Lei nº 11.947 de 2009 para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas da educação básica. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção à Saúde. **Guia Alimentar Para Crianças Menores de 2 Anos**. Ministério da Saúde, 2019.

BRASIL. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013; 84p.

BRAVIN, M.B. et al. A influência do exercício físico na obesidade infantil. **Revista Ciência e Estudos Acadêmicos de Medicina**. V. 1, n. 4, p. 37-51, 2015.

BUANANGO, M.A. et al. Segurança alimentar e nutricional em tempos de covid-19: impactos na África, América Latina e Portugal. **Revista Simbiologias**. V. 12, n. 16, p. 100-118, 2020.

CAPPELLI, A.; CINI E. Will the COVID-19 pandemic make us reconsider the relevance of short food supply chains and local productions? **Trends Food Sci Tech**. V. 99, n. 3, p. 566-7, 2020.

CAVALLI, S.B. et al. Agricultura familiar em tempos de Covid-19. **Revista Nutr**. V. 33, n. 1, p. 1-8, 2020.

CFN. Conselho Federal de Nutricionistas. Nota Oficial: Orientações à população e para os nutricionistas sobre o novo coronavírus. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2QNVSo5>. Acesso em: 01/03/2021.

CORSO, A. C. T. et al. Fatores comportamentais associados ao sobrepeso e a obesidade em escolas do estado de Santa Catarina. **Revista bras. Est. Pop.** v. 29, n. 1, p.117-131, jan/jun, 2012.

COSTA, L.R. et al. Obesidade infantil e quarentena: crianças obesas possuem maior risco para a COVID-19? **Residência Pediátrica**. V. 10, n. 2, p. 331-337, 2020.

COSTA, M.G.F.A. et al. Conhecimento dos pais sobre alimentação: construção e validação de um questionário de alimentação infantil. **Revista de Enfermagem Referência**. V. 3, n. 6, p. 55-68, 2012.

DINIZ, S. C. et al. Economia popular urbana e o Covid-19: desafios e propostas para a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2020. Nota técnica – Cedeplar.

GATICA, G. et al. Food intake profiles of children aged 12, 24 and 48 months from the 2004 Pelotas (Brazil) birth cohort: an exploratory analysis using principal components. **Int J Behav Nutr Phys Act**. V. 43, n. 9, 2012.

HALL, G. et al. “Tale of two pandemics: how will COVID-19 and global trends in physical inactivity and sedentary behavior affect one another?”. **Progress Cardiovascular Diseases**. V. 63, 2020.

HENRIQUES, P. et al. Regulamentação da propaganda de alimentos infantis como estratégia para a promoção da saúde. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**. V. 17, n. 2, p. 481-490, 2012.

LI, Q. et al. Early transmission dynamics in Wuhan, China, of novel coronavirus-infected pneumonia. **N Engl J Med**. V. 382, n. 5, p. 1199-1207, 2020.

LOUZADA, Maria Laura da Costa et al. Ultra-processed foods and the nutritional dietary profile in Brazil. **Revista de Saúde Pública**, v. 49, p. 1-11, jul. 2015.

MALTA, D.C. et al. A pandemia de Covid-19 e mudanças nos estilos de vida dos adolescentes brasileiros. **Health Sciences**. 2021.

MURAD, N. et al. Alimentação infantil em tempos de pandemia. Laboro Ensino e Excelência. 2020. Disponível em:
[http://repositorio.laboro.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/156/1/Alimenta%
 c3%a7%
 c3%a3o%20infantil%20em%20tempos%20de%20pandemia.pdf](http://repositorio.laboro.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/156/1/Alimenta%c3%a7%c3%a3o%20infantil%20em%20tempos%20de%20pandemia.pdf)

OLTAMARI, K. et al. Estratégias de enfrentamento da pandemia Covid-19 na alimentação escolar do município de Curitiba-PR. **Revista Contexto e Saúde**. V. 20, n. 41, p. 80-89, 2020.

PALMIOLI, L. et al. Small farms’ strategies between selfprovision and socio-economic integration: effects on food system capacity to provide food and nutrition security. **Local Environ**. V. 25, n. 2, 43-56, 2020.

PIETROBELLI, A. et al. Effects of COVID-19 Lockdown on Lifestyle Behaviors in Children with Obesity Living in Verona, Italy: A Longitudinal Study. **Obesity (Silver Spring)**. V. 28, n. 8, p. 1382-1385, 2020.

PREISS, P.V. Challenges facing the COVID-19 pandemic in Brazil: lessons from short food supply systems. **Agr Hum Values**. V. 37, p. 571-2, 2020.

SCHNEIDER, S. et al. Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. **Estudos avançados**. V. 34, n. 100, p. 167-189, 2020.

SINHA, I.P. et al. COVID-19 infection in children. **Lancet Respir Med** [Internet]. V. 8, n. 5, p. 446-7, 2020.

STEELE, Eurídice Martínez et al. Mudanças alimentares na coorte NutriNet Brasil durante a pandemia de covid-19. **Revista de Saúde Pública**. V. 54, n. 1, p. 1-9, 2020.

UNICEF. **Impactos primários e secundários da COVID-19 em crianças e adolescentes**. 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/9966/file/impactos-covid-criancas-adolescentes-ibope-unicef-2020.pdf>. Acesso em 28/04/2021.

VIEIRA, V.C.A.M. et al. Desenvolvimento da fala e alimentação infantil: possíveis implicações. **Revista CEFAC**. V. 18, n. 6, p. 1359-1369, 2016.

WANG, H. J. et al. Review and Prospect of Pathological Features of Coronavírus Disease. **Fa Yi Xue Za Zhi**. V. 36, n. 1, p. 16-20, 2020.